Departamento de Comunicação e Documentação - MRE
Pg: 38
Ass.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
DIVISÃO DE POLÍTICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 09010.000022/2021-68

Serviços de Link de Internet

Brasília, 02 de julho de 2021

TERMO DE REFERÊNCIA

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

1. OBJETO (Art. 12, I; Art. 13)

Contratação de serviço de acesso IP (*Internet Protocol*) por meio de 2 (dois) canais de comunicação idênticos e com abordagens distintas, incluindo instalação, configuração, suporte, assistência técnica e manutenção. Cada serviço deverá ser provido por meio de link permanente, dedicado, exclusivo e disponibilizado 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, por meio de fibra óptica, entre a rede local do Ministério das Relações Exteriores – MRE e a rede Internet, contando com saídas internacionais redundantes, de acordo com as condições e demais exigências expressas neste Termo de Referência.

1.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, de natureza continuada, sem fornecimento de mão de obra exclusiva.

1.2. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço unitário.

1.3. O contrato terá vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC (Art. 12, III; Art. 14)

Prover acesso à internet aos usuários do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a garantir maior disponibilidade e velocidade, com redundância por links distintos, de modo a acompanhar o crescimento orgânico do Ministério, aumentando a qualidade dos serviços do Itamaraty prestados pelo mundo, atingindo, direta e indiretamente, os objetivos estratégicos alinhados no atual Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI. O quantitativo, conforme mencionado no item 1, deverá ser de 2 (dois) canais.

2.1. CÓDIGO(S) DO CATÁLOGO DE MATERIAIS – CATMAT OU DO CATÁLOGO DE SERVIÇOS – CATSER RELACIONADO(S) A CADA ITEM DA CONTRATAÇÃO, DISPONÍVEIS NO PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (Art. 12, II)

26506 – Serviço de link via cabo. Unidade. Natureza da despesa: 3390.40/13 | 3391.40/13 | 3390.92/40.

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO (Art. 12, IV; Art. 15)

3.1. JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

O Ministério das Relações Exteriores – MRE, para bem cumprir seu papel institucional, mantém em constante modernização seus serviços de telemática, o que passa pela restruturação do parque de hardware do Ministério e pela adoção de softwares que possam entregar serviços que facilitem o dia a dia das áreas administrativas e negociais do Itamaraty, sempre incrementando a segurança e a disponibilidade das informações que trafegam na rede diplomática brasileira, consoante aos normativos da Coordenação-Geral de Gestão de Segurança da

Pg: 39
Ass.

Informação do Departamento de Segurança da Informação da Assessoria Especial de Segurança da Informação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e as diretrizes da Secretaria de Governo Digital – SGD do Ministério da Economia, além de manter o datacenter em perfeito funcionamento, assegurando soluções tecnológicas a todas as áreas do MRE, alinhadas aos objetivos estratégicos da instituição, dentre os quais, prover infraestrutura para os serviços de tecnologia da informação do MRE.

Nos últimos anos, o Ministério das Relações Exteriores, com o fito de modernizar e incrementar a segurança das informações que trafegam na rede diplomática brasileira e tornar mais eficientes as aplicações utilizadas tanto na Secretaria de Estado das Relações Exteriores – SERE quanto nos Postos no exterior, vem centralizando os sistemas de informações e os serviços de rede, a exemplo de correio eletrônico e servidor web, na SERE, que é acessada por suas representações nos Estados e Postos no exterior através da internet, implicando em maior tráfego de dados entre a SERE e os Postos, exigindo altos níveis de disponibilidade da conexão, de maneira a oferecer não só utilidade, mas também garantia.

Para implantação da Ação A1.2.5. Manter três links de internet com solução anti-DDoS e conexão Infovia do PDTI 2019–2021 do MRE, faz-se necessária nova licitação para contratação dos serviços, uma vez que o contrato atual chegará a seu prazo máximo de extensão de 60 (sessenta) meses, conforme estabelecido em lei.

O Ministério tem registrado crescimento no tráfego, alcançando o topo da banda com frequência nos horários de pico. Essas circunstâncias nos levam a refletir sobre a velocidade atual e presumir que é primordial seu aumento, baseado no alto consumo dos sistemas críticos em operação. De maneira que seja possível prover esse serviço com disponibilidade máxima, ou próximo disso, é necessário a redundância entre os links, atuando em contingência um do outro para evitar interrupções. No MRE, informação é atividade-fim, resultando na necessidade de manter os mais altos níveis de qualidade e disponibilidade.

3.2. ALINHAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAIS (Art.15, I)

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	**Objetivos Estratégicos**
N1	Prover infraestrutura para os serviços de tecnologia da informação do MRE.

4.

ALINHAMENTO AO PDTIC <2019-2021>			
ID	**Meta do PDTIC**	**ID**	**Ação do PDTIC associada**

M1.2	Manter infraestrutura de TIC, inclusive monitoramento	A1.2.5	Manter três links de internet com solução anti-DDOS, e conexão Infovia.

5.

ALINHAMENTO AO PAC <2021>	
Item	**Descrição**
14958	Informática – Internet. Serviços de conectividade com a Internet, incluindo assistência técnica e manutenção.

3.3. RELAÇÃO ENTRE NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC E OS RESPECTIVOS VOLUMES E CARACTERÍSTICAS DO OBJETO (Art. 15, II)

O Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação – DTIC, em conjunto com a Divisão de Políticas de Tecnologia da Informação – DINFOR, funcionam como as unidades mantenedoras de todo o parque computacional e tecnológico do Itamaraty. A prestação desses serviços inclui "acompanhar o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicações e propor o aproveitamento de novas soluções tendo em vista as necessidades do Ministério das Relações Exteriores e a manutenção dos sistemas e da infraestrutura em grau de modernização adequado", conforme consta do Artigo 190 do Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores – RISE, Portaria 212, de 30 de abril de 2008. Através de suas divisões, o DTIC também oferece, entre outros serviços prestados aos postos no exterior, o atendimento ao usuário, manutenção dos sistemas de comunicação, desenvolvimento de ferramentas computacionais e segurança da informação. O DTIC vem, ao longo dos anos, aperfeiçoando sua infraestrutura de TIC por meio de suporte contínuo a ativos de rede críticos, com o intuito de fornecer um serviço menos propenso a falhas, facilitando, dessa forma, o dia a dia dos servidores do Serviço Exterior Brasileiro, bem como do público em geral.

A presente contratação visa prover a DINFOR de meios para cumprir com sua obrigação institucional de prover serviços de tecnologia da informação e comunicação com qualidade, zelando pela disponibilidade e segurança dos serviços e informações trafegadas na rede do Ministério. O presente Termo de Referência tem como objetivo precípuo manter íntegra, operante e segura a infraestrutura utilizada para provimento dos serviços de tecnologia da informação e comunicações do Ministério.

O fato de os atuais contratos responsáveis pela prestação do serviço de acesso à internet utilizado na SERE atingirem o limite máximo de prorrogação contratual de 60 (sessenta) meses (Lei 8.666/1993, Art. 57, II) em 19 e 20 de setembro deste ano, torna inviável o prosseguimento de eventual renovação. Ademais, o serviço prestado já há cinco anos não mais acompanha o crescimento orgânico do Ministério na SERE e nos Postos no exterior, restando evidente a necessidade de contratação de banda maior capaz de suprir o atual volume demandado. Além

Departamento de Comunicação e Documentação – MRE
Pg: 40
Ass.

disso, para garantir disponibilidade dos dados trafegados entre o MRE e a Internet, os links devem ser protegidos por serviço proativo Anti-DDoS, compondo assim, mais um mecanismo de segurança contra possíveis ataques à rede. De modo a assegurar disponibilidade e segurança de acesso a toda comunicação informatizada do Serviço Exterior e à internet da SERE, não há alternativa que não seja o lançamento de nova licitação para contratação de links capazes de suprir essa demanda.

Com base nisso, a contratação dos links foi dividida em 2 (dois) lotes, em que cada um se refere a um canal de comunicação (link). Ao final deste processo, os lotes não poderão ter a mesma operadora como vencedora, sob pena de inviabilizar a redundância entre os links fundamentada neste documento.

3.4. ESTIMATIVA DA DEMANDA

Lote	item	Qtde.	Unidade	Descrição
1	1.1	1	única	Instalação e configuração de link de acesso à Internet no MRE, em local indicado, utilizando infraestrutura própria, de forma que não seja compartilhada com estruturas existentes ou futuras de serviços do mesmo tipo.
	1.2	12	mensal	Serviço de conectividade com a Internet, incluindo assistência técnica e manutenção.
	1.3	12	mensal	Serviço Anti-DDoS.
2	2.1	1	única	Instalação e configuração de link de acesso à Internet no MRE, em local indicado, utilizando infraestrutura própria de forma que não seja compartilhada com estruturas existentes ou futuras de serviços do mesmo tipo.
	2.2	12	mensal	Serviço de conectividade com a Internet, incluindo assistência técnica e manutenção.
	2.3	12	mensal	Serviço Anti-DDoS.

3.5. PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO DE TIC

O objeto da contratação deve, necessariamente, ser adquirido de fornecedores diferentes para atender ao requisito de redundância do sistema.

3.6. RESULTADOS E BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

3.6.1. **Eficácia:** os links serão utilizados tanto para o tráfego de dados de navegação web quanto para redundância, atuando, subsidiariamente, como contingência um do outro. Logo, em caso de queda de um circuito, o tráfego de dados pode ser automaticamente direcionado para o outro link até o reestabelecimento do primeiro.

3.6.2. **Eficiência:** boa parte dos dados trafegados na rede do MRE são de suas aplicações corporativas utilizadas no dia-a-dia, para comunicação e produção de documentos, todas com interface web e de extrema importância para o Ministério, onde a informação é atividade-fim. Outra parcela significativa consiste em navegação

web, igualmente essencial nos dias de hoje e crescente com o aumento de dispositivos conectáveis.

3.6.3. **Efetividade:** centralizar o controle do tráfego de serviços providos pelo MRE e sua rede de escritórios regionais e postos no exterior, tornando as conexões mais rápidas e seguras, considerando o trato de informações sensíveis como são as tratadas pelo Itamaraty, além de já permitir maior disponibilidade, com redundância, e qualidade para os postos já integrados à Rede Mundial Itamaraty – RMI.

3.6.4. **Economicidade:** ampla licitação, a fim de garantir o melhor valor de mercado para serviço essencial na execução das atividades-fim do Ministério, bem como permitir o uso de todo o parque computacional e sistemas de tecnologia da informação e comunicação já instalados e em operação, os quais ficariam inutilizados sem conexão de link de internet para interligação global.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 12 V; Art. 16)

4.3. REQUISITOS DE NEGÓCIO (Art. 16, I, a)

O negócio do Itamaraty é a obtenção e a transmissão de informações, bem como a prestação de serviço e divulgação de informações ao público, tanto no Brasil, quanto no exterior. Dessa forma, atualmente, a conexão à rede mundial para aquisição e troca de informações torna-se fundamental para o desenvolvimento das atividades fins do Ministério.

4.4. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO (Art. 16, I, b)

Não aplicáveis ao objeto deste Termo, uma vez que se trata de serviço de link de internet a ser provido em sua forma final por empresa especializada.

4.5. REQUISITOS LEGAIS (Art. 16, I, c)

- Lei 4.150, de 21 de novembro de 1962 (ABNT);
- Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Lei de Proteção do Consumidor);
- Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos);
- Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (Lei de Direitos Autorais);
- Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 (Lei do Processo Administrativo);
- Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão);
- Instrução Normativa 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sustentabilidade Ambiental);
- Decreto 7.174, de 12 de Maio de 2010 (Contratação de Bens e Serviços de TIC);
- Decreto 7.579, de 11 de outubro de 2011 (SISP)

Departamento de Comunicação e Documentação – MRE
Pg: 41
Ass.

- Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação);
- Instrução Normativa 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal (Retenção de Tributos nos Pagamentos Efetuados pelos Órgãos da Administração Pública Federal);
- Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012 (Acesso à Informação);
- Decreto 7.845, de 14 de novembro de 2012 (Credenciamento de Segurança e Tratamento de Informação Classificada);
- Portaria 43, de 26 de janeiro de 2015, do Ministério das Relações Exteriores (Política de Segurança da Informação e Comunicações);
- Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);
- Instrução Normativa 1, de 4 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia (Contratação de Soluções de TIC);
- Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MRE – PDTI/MRE 2019–2021;
- Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019 (Pregão Eletrônico);
- Instrução Normativa 73, de 5 de agosto de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (Pesquisa de Preços).

4.6. Requisitos de manutenção (Art. 16, I, d)

Prestar suporte técnico qualificado relativo ao serviço objeto deste Termo de Referência, com técnicos devidamente habilitados e credenciados, sem ônus para o MRE.

Fornecer gerência proativa do link, com monitoramento do circuito e responsabilizando-se pela detecção de falhas. Em casos de falhas que resultem em indisponibilidade ou queda brusca dos níveis de serviço, proceder de forma automática a abertura de chamado, dando ciência das ocorrências ao Ministério em, no máximo, 10 (dez) minutos passados do momento da ocorrência. Em caso de interrupção ou paralisação do serviço de acesso IP, comprometer-se a realizar correções necessárias à reativação do serviço de acesso IP e à prevenção de novas interrupções.

Informar e disponibilizar acesso, preferencialmente via telefone ou sítio na internet, ao suporte técnico para consultas e aberturas de chamados, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com atendimento para reativação do serviço de acesso IP funcionando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com prazo de início nunca superior a 1 (uma) hora e de reativação do serviço não superior a 2 (duas) horas, ambos a partir da abertura do chamado. O término do atendimento se dará quando o serviço de acesso IP estiver disponível, em perfeita condição de funcionamento. Ao término de cada atendimento local, deverá ser entregue à DINFOR cópia de Relatório de Atendimento, assinado pelo técnico da licitante vencedora e responsável pela manutenção, contendo data e hora do registro do chamado, data e hora do início

e término do atendimento, identificação do circuito, descrição da falha, providência adotada e qualquer outra informação pertinente ao chamado.

Eventuais interrupções programadas do serviço deverão ser solicitadas, por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, informando sempre que houver novas versões com correções de segurança ou de serviços do sistema operacional e/ou *firmware* dos roteadores instalados. A DINFOR poderá solicitar, formalmente, atualização do sistema operacional e/ou *firmware* instalados para versões mais novas disponíveis, sem custos adicionais.

4.7. Requisitos temporais (Art. 16, I, e)

Licitação para contrato com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos do Inciso II, do Art. 57, da Lei 8.666/1993, sendo que os serviços contratados deverão ser iniciados, impreterivelmente, até 17 de setembro de 2021. O não cumprimento do prazo estabelecido sujeitará a penalidades previstas neste Termo, sem prejuízo de demais sanções previstas em lei. O prazo para início do serviço somente poderá ser prorrogado por motivo de força maior ou caso fortuito, aceito pelo MRE, comprovado pela licitante vencedora, em até 24 (vinte e quatro) horas após sua ocorrência.

A data de início efetivo da prestação do serviço será aquela constante em documento declaratório de início da prestação do serviço, emitido pela licitante vencedora, devidamente atestado por representante do MRE, o qual terá prazo máximo de 10 (dez) dias corridos para verificar se o serviço de acesso IP atende as condições estabelecidas neste Termo e atestar a declaração de início da prestação do serviço.

4.8. Requisitos de segurança (Art. 16, I, f)

Deve-se primar pela observância de normas técnicas elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos termos da Lei 4.150/1962, bem como outras similares, tudo com o objetivo de aferir e garantir a aplicação de requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança do serviço prestado.

4.9. Requisitos sociais, ambientais e culturais (Art. 16, I, g)

Requisitos que a solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e com o meio ambiente, dentre outros. A contratada deve atentar, em seus processos internos, no que couber, a legislações tangentes a esses temas, devendo comprometer-se a adotar políticas de eliminação de desperdícios e redução de consumo de bens consequentes da exploração de riquezas naturais e a promover o adequado tratamento de rejeitos, oportunizando reciclagem e também promovendo ações de responsabilidade social e cidadania.

4.10. Requisitos de arquitetura tecnológica (Art. 16, II, a)

Busca-se provimento de acesso à Internet, com alta disponibilidade e qualidade de conexão, aumento do nível de segurança no tráfego de dados e controle sobre ameaças, bem como suporte a sistemas e serviços de rede implementados pela DINFOR e à centralização de serviços de TI do ministério, objetivando disponibilidade e velocidade no tráfego de dados das aplicações e serviços de rede oferecidos pela SERE.

Departamento de Comunicação e Documentação
Pg: 42
Ass.

4.11. REQUISITOS DE PROJETO E DE IMPLEMENTAÇÃO (Art. 16, II, b)

4.11.1. Os pontos deverão ser instalados em rack de sala-cofre localizado no subsolo do Anexo II do Ministério das Relações Exteriores.

4.11.2. Considera-se serviço de acesso IP como sendo o somatório do circuito IP e do roteamento de mensagens, com meio de acesso obrigatório para provimento do serviço via fibra óptica, permitindo atendimento dos requisitos de segurança e disponibilidade necessários e evitando indisponibilidade devido à interferência eletromagnética, desvanecimento do sinal devido a chuvas ou neblina ou a danos e desalinhamento de antenas decorrentes de ventos ou chuvas.

4.11.3. Cada link deverá ser conectado por meio de fibra óptica ao conversor de mídia fornecido pela licitante vencedora. A conexão entre o conversor de mídia e o roteador – também a ser fornecido pela licitante vencedora e com pelo menos 2 (duas) portas Ethernet de saída – deverá ser feita via porta Ethernet.

4.11.4. A conexão ao *backbone* da licitante vencedora deverá ser dedicada e exclusiva, não podendo haver compartilhamento com outros serviços, devendo ser disponibilizada infraestrutura própria, de forma que não seja compartilhada com estruturas existentes ou futuras de serviços do mesmo tipo.

4.11.5. Cada link deverá possuir abordagem em anel, com o serviço prestado por 2 (dois) caminhos distintos até o *backbone* da licitante vencedora, sendo necessário espaçamento mínimo de 5 (cinco) metros entre as fibras de cada um dos links no trajeto entre o MRE e os PoPs (*Point of Presence*) da licitante vencedora. Instalações como armários e pontos de passagem não serão considerados PoPs.

4.11.6. Circuitos devem estar em PoPs de acesso distintos, com espaçamento mínimo de 500 (quinhentos) metros.

4.11.7. PoPs de roteamento, se diferente do POP de acesso, também deverão ser distintos, com espaçamento mínimo de 500 (quinhentos) metros, sendo considerado PoP de roteamento o local na rede da licitante vencedora de conexão com seu *backbone* IP, ou seja, o local onde está localizado seu equipamento configurado com o IP de WAN do acesso (IP da rede WAN diverso daquele configurado no roteador do MRE).

4.11.8. A velocidade efetiva de cada link deverá ser de 400 (quatrocentos) Megabits por segundo, constante, disponibilizada tanto para entrada de dados (download) quanto para saída de dados (upload), em regime *full-duplex*. A velocidade considera o uso na camada 1 e 2 do modelo OSI (Camada Network Interface do modelo TCP/IP) do protocolo Ethernet sem o uso de qualquer encapsulamento adicional, como 802.1q. Em caso do uso de outros protocolos para estas camadas ou de encapsulamento(s), como ATM ou Ethernet com 802.1q, a licitante vencedora deverá acrescentar o overhead do protocolo.

4.11.9. A licitante vencedora deverá fornecer todos os equipamentos e componentes necessários para a prestação do serviço, incluindo suporte à configuração dos equipamentos do MRE para a perfeita operação e

funcionamento do serviço IP e com faixa de endereços IP sequenciais com 256 endereços, totalmente válidos para a internet, não podendo constar em listas de spam com registros anterior à data de ativação do link.

4.11.10. Para a execução dos serviços, a licitante vencedora deverá providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios que se fizerem necessários.

4.11.11. O link fornecido deverá ser protegido por serviço Anti-DDoS, sendo que a licitante vencedora deverá comprovar capacidade de identificação, bloqueio e mitigação de ataques de negação de serviço, inclusive DDoS (*Distributed Denial of Service*), de forma proativa, trabalhando, quando necessário, em conjunto com a equipe de infraestrutura do MRE para a resolução do problema, devendo identificar, comunicar à equipe do MRE e mitigar quaisquer tipos de ataques que utilizem indevidamente recursos de rede IPv4. A ocorrência de ataques deverão ser reportadas mensalmente à DINFOR, indicando data e hora de início e término do ataque, o(s) IP(s) geradores do ataque e o destino.

4.11.12. A solução de serviço Anti-DDoS deve possuir capacidade de criar e analisar a reputação de endereços IP, possuindo base de informações própria, gerada durante a filtragem de ataques, e interligada aos principais centros mundiais de avaliação de reputação de endereços IP, bem como suportar mitigação automática de ataques, utilizando múltiplas técnicas como *Whitelists*, *Blacklists*, limitação de taxa, técnicas desafio-resposta, descarte de pacotes mal formados, técnicas de mitigação de ataques a protocolos HTTP e DNS, bloqueio por localização geográfica de endereços IP, dentre outras.

4.11.13. O serviço Anti-DDoS deve implementar mecanismos capazes de detectar e mitigar todo e qualquer ataque que faça uso não autorizado de recursos de rede pelo protocolo IPv4, incluindo, mas não se restringindo a: .

4.11.13.1. Ataques de inundação (*Bandwidth Flood*), incluindo Flood de TCP, UDP e ICMP, diretos e reflexivos;

4.11.13.2. Ataques à pilha TCP, incluindo mal uso de Flags TCP, ataques RST e FIN, SYN Flood e TCP Idle Resets;

4.11.13.3. Ataques que utilizem fragmentação de pacotes, incluindo pacotes IP, TCP e UDP;

4.11.13.4. Ataques de *Botnets*, *Worms* e ataques que utilizem falsificação de endereços IP de origem (*IP Spoofing*);

4.11.13.5. Ataques à camada de aplicação, incluindo os protocolos HTTP e DNS, devendo manter lista dinâmica de endereços bloqueados.

4.11.14. As soluções de detecção e mitigação devem possuir serviço de atualização de assinaturas de ataques, com funcionalidade de monitoramento, detecção e mitigação de ataques em operação ininterrupta durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, nos 7 (sete) dias da semana, no período de vigência contratual.

Departamento de Comunicação e Documentação
Pg: 43
Ass.

4.11.15. Em nenhum caso será aceito bloqueio de DoS e DDoS em roteadores de borda da contratada, isto é, no equipamento instalado pela licitante vencedora nas dependências do MRE.

4.11.16. A mitigação de ataques deve iniciar-se em até 15 minutos após sua detecção.

4.12. REQUISITOS DE IMPLANTAÇÃO (Art. 16, II, c)

Não se aplicam ao objeto deste Termo, uma vez que se trata de solução já em uso.

4.13. REQUISITOS DE GARANTIA E MANUTENÇÃO (Art. 16, II, d)

Os equipamentos fornecidos para execução do objeto deste Termo devem possuir garantia e serem mantidos pela contratada, sem ônus para o órgão, durante todo o período do contrato.

4.14. REQUISITOS DE CAPACITAÇÃO (Art. 16, II, e)

Não se aplicam ao objeto deste Termo, uma vez que se trata de recontratação de solução já em uso.

4.15. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DA EQUIPE QUE EXECUTARÁ OS SERVIÇOS RELACIONADOS À SOLUÇÃO DE TIC (Art. 16, II, f)

A instalação dos equipamentos e cabeamento e a configuração dos serviços devem ser efetuados por profissionais com experiência comprovada para a execução dessas atividades. O representante da Contratada deverá ter experiência no acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

4.16. REQUISITOS DE FORMAÇÃO DE EQUIPE QUE PROJETARÁ, IMPLEMENTARÁ E IMPLANTARÁ A SOLUÇÃO DE TIC (Art. 16, II, g)

A instalação dos equipamentos e cabeamento e a configuração dos serviços devem ser efetuados por profissionais da Contratada qualificados e certificados para a execução dessas atividades. O representante da Contratada deverá ter qualificação necessária para acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

4.17. REQUISITOS DA METODOLOGIA DE TRABALHO (Art. 16, II, h)

Não se aplicam ao objeto deste Termo.

4.18. REQUISITOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (Art. 16, II, i)

Os termos do contrato e as informações trocadas entre o órgão e a contratada durante a execução dos serviços objeto deste Termo serão utilizados somente para alcançar os fins previstos. Dessa forma, informações obtidas, quando da execução dos serviços, deverão ser tratadas com o devido sigilo, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo zelar por seus representantes, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto de dados, informações e especificações técnicas, que venham a ter conhecimento em razão dos serviços executados, mesmo após o término de vigência ou rescisão do contrato.

Os profissionais que atuarão nos serviços previstos receberão acesso privativo e individualizado sobre as tarefas que lhe serão confiadas, não podendo repassá-los a terceiros, sob pena de responder pelos atos e fatos que venham a ocorrer em decorrência desse ilícito. A estrutura computacional do MRE não pode ser utilizada para fins particulares; quaisquer ações que tramitem na rede poderão ser monitoradas e auditadas.

Serão considerados ilícitos a divulgação, o repasse ou a utilização indevida de informações, bem como de documentos, imagens ou gravações eventualmente utilizadas durante a prestação dos serviços, mesmo após o término de vigência ou rescisão do contrato. Devendo dar ciência imediata, por escrito, sobre qualquer anormalidade verificada na prestação de serviços.

Toda e qualquer documentação produzida decorrente da prestação de serviços, objeto desta licitação, deve ser entregue ao MRE bem como cedido, em caráter definitivo e irrevogável, o direito patrimonial e a propriedade intelectual dos resultados produzidos durante a vigência do contrato e eventuais aditivos, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, especificações, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, páginas na Intranet e documentação, em papel ou em qualquer forma ou mídia.

Deve-se cumprir integralmente a Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC do MRE, mantendo-se o sigilo e a confidencialidade das informações a que se tiver acesso quando da execução do objeto deste Termo.

O acesso físico às dependências seguras do MRE deve ser restrito a equipes especificamente designadas, sendo vedado o acesso de terceiros, sem prévia autorização do MRE.

A disponibilidade da solução de TIC contratada deve evitar vazamento de dados e fraudes digitais e definir um processo de gestão de riscos de segurança da informação que envolva a solução de TIC e possibilite rastreabilidade, de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação, assegurando a continuidade do negócio implementado pela solução, garantindo o tratamento de dados pessoais e informações classificadas, conforme a legislação vigente e possibilitar auditoria de Segurança da Informação e Comunicação – SIC e a gestão e o tratamento de incidentes de forma sistematizada.

Não utilizar o nome ou logomarca do MRE em qualquer tipo de divulgação de sua atividade, mesmo após o encerramento da execução do objeto; nem se pronunciar a imprensa em geral sobre quaisquer assuntos relativos às atividades do MRE que por ventura tenha acesso por conta da execução do objeto deste Termo.

4.19. DEMAIS REQUISITOS APLICÁVEIS (Art. 16, II, j)

4.19.1. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.19.2. Nível dos serviços:

4.19.2.1. A velocidade deverá ser constante e não poderá ser diminuída durante o período de prestação do serviço;

Departamento de Comunicação e Documentação
Pg: 44
Ass.

4.19.2.2. A licitante vencedora deverá fornecer ferramenta para monitoramento *on-line* do link, informando, em HTML, o desempenho e a ocupação do link mostrando gráficos históricos de tendências e horários de maior e menor utilização;

4.19.2.3. O serviço de acesso IP deverá atender aos seguintes parâmetros de qualidade:

a. Latência Máxima: 130ms (cento e trinta milissegundos), definida como o tempo em que um pacote IP leva para ir de um ponto a outro da rede e retornar à origem, medida entre o roteador no MRE conectado ao link de saída Internet e o Ponto de Presença (PoP) da licitante vencedora;

b. Perda de Pacotes Máxima: 2% (dois por cento).

4.19.2.3.1. Para aferição destes índices, a licitante vencedora deverá incluir um gráfico de perda de pacotes no sistema de monitoração *on-line* do link.

4.19.2.4. O serviço de acesso IP será considerado indisponível quando o tráfego de internet não puder ser roteado devido a problemas de responsabilidade da licitante vencedora ou quando os circuitos de IP da licitante vencedora estiverem indisponíveis;

4.19.2.5. O serviço de IP deverá ter disponibilidade mínima de 99,7% (noventa e nove e sete décimos por cento). Dessa forma, no momento do faturamento, o total máximo aceitável (TMA) de horas indisponíveis será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\mathbf{TMA} = \frac{\mathbf{THC} * \mathbf{0,3}}{\mathbf{100}}$$

TMA: total máximo aceitável de **horas** indisponíveis no período de faturamento;

THC: total de **horas** para disponibilidade do serviço no período de faturamento (números de dias do período vezes 24 horas).

4.19.2.6. Horas de indisponibilidade serão apuradas considerando-se ocorrências desde zero hora do primeiro dia até às vinte e quatro horas do último dia do correspondente período de faturamento;

4.19.2.7. A licitante vencedora deverá realizar testes de verificação da qualidade da transmissão/recepção sempre que houver solicitação do MRE, sem custos adicionais.

4.19.3. Proposta de preços:

4.19.3.1. A fim de padronizar a forma e a apresentação das propostas de preço, solicita-se que elas sejam apresentadas no formato a seguir.

Lote 1: link principal

Item	Serviço	Qtde.	Valor
1	Instalação e configuração de link de acesso à Internet no MRE, em local indicado, utilizando infraestrutura própria de forma que não seja	1	(valor unitário do serviço)

	compartilhada com estruturas existentes ou futuras de serviços do mesmo tipo.		
Valor 1 – valor total do item 1 (valor unitário):		**R$**	
2	Serviço de conectividade com a Internet, incluindo suporte, assistência técnica e manutenção.	12	(valor mensal do serviço)
Valor 2 – valor total do item 2: (valor mensal x 12 meses)		**R$**	
3	Serviço Anti-DDoS.	12	mensal
Valor 3 – valor total do item 3: (valor mensal x 12 meses)		**R$**	
Valor Total Geral (valor 1 + valor 2 + valor 3)		**R$**	

Lote 2: link de contingência

Item	Serviço	Qtde.	Valor
4	Instalação e configuração de link de acesso à Internet no MRE, em local indicado, utilizando infraestrutura própria de forma que não seja compartilhada com estruturas existentes ou futuras de serviços do mesmo tipo.	1	(valor unitário do serviço)
Valor 4 – valor total do item 1 (valor unitário):		**R$**	
5	Serviço de conectividade com a Internet, incluindo suporte, assistência técnica e manutenção.	12	(valor mensal do serviço)
Valor 5 – valor total do item 2: (valor mensal x 12 meses)		**R$**	
6	Serviço Anti-DDoS.	12	mensal
Valor 6 – valor total do item 3: (valor mensal x 12 meses)		**R$**	
Valor Total Geral (valor 4 + valor 5 + valor 6)		**R$**	

5. RESPONSABILIDADES (Art. 12, VI; Art. 17)

5.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 17, I)

5.3.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, exigindo presteza na execução e correção das falhas eventualmente detectadas **(Art. 17, I, a; Art. 29)**;

5.3.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico **(Art. 17, I, b; Art. 18 III; Art. 32)**;

5.3.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas **(Art. 17, I, c)**;

Pg: 45
Ass.

5.3.4. Aplicar à contratada sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis **(Art. 17, I, d)**;

5.3.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato **(Art. 17, I, e)**;

5.3.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC, notificando sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias e adequadas **(Art. 17, I, f)**;

5.3.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisa de mercado, quando aplicável **(Art. 17, I, g)**;

5.3.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam ao MRE **(Art. 17, I, h)**;

5.3.9. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços prestados, orientando e supervisionando quanto à observância, pela vencedora, dos regramentos administrativos e de segurança do Ministério;

5.3.10. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

5.3.11. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

5.3.12. Atestar as faturas e pagá-las de acordo com as condições estabelecidas em contrato;

5.3.13. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

5.3.14. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.3.15. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

5.3.15.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

5.3.15.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

5.3.15.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

5.3.16. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

5.3.17. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

5.3.18. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

5.3.19. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

5.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 17, II)

5.4.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder questões legais e administrativas referentes ao andamento contratual **(Art. 17, II, a)**;

5.4.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual, tomando todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto deste Termo de Referência e prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo Órgão, atendendo prontamente a quaisquer reclamações **(Art. 17, II, b)**;

5.4.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério do Órgão, reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, respondendo integralmente por danos causados direta ou indiretamente ao patrimônio da União ou à integridade física ou patrimonial de terceiros, em decorrência de ação ou omissão de seus contratados, não se excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante **(Art. 17, II, c)**;

5.4.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária **(Art. 17, II, d)**;

5.4.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação, prestando os serviços objeto do contrato com eficiência, zelo e

Documento de Comunicação e Documentação
Pg: 46
Ass.

pontualidade, observadas as condições constantes neste Termo e com recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais **(Art. 17, II, e)**;

5.4.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica, devidamente identificada por crachá e conhecedores das normas do Ministério, composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC, utilizando-se dos profissionais indicados para fins da comprovação da sua capacitação técnico operacional, na habilitação, com o compromisso de atualizá-los em novas versões que forem lançadas pelos fabricantes, admitindo-se substituições por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovadas pelo MRE, além de responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários e demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao Órgão **(Art. 17, II, f)**;

5.4.7. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato **(Art. 17, II, g)**;

5.4.8. Ceder direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo documentação, modelos e bases de dados ao MRE **(Art. 17, II, h)**;

5.4.9. Dar ciência imediata, por escrito, sobre qualquer anormalidade verificada na prestação do serviço e prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como disponibilizar relatório para acompanhamento de problemas críticos;

5.4.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

5.4.11. Fornecer todos os meios de contato possíveis, inclusive fora de horário comercial, reconhecendo meios escritos de comunicação, como cartas, ofícios, relatórios, atas de reunião, formulários e modelos aceitos pelas partes, e as comunicações efetuadas por e-mail corporativo das partes;

5.4.12. Não acessar ou interceptar qualquer informação restrita à rede disponibilizada ao MRE, zelando pelo sigilo inerente à execução do objeto e pela confidencialidade quanto aos dados e informações a que eventualmente tenha acesso, empregando todos os meios necessários para tanto;

5.4.13. Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto deste Termo de Referência, executando os serviços conforme especificações deste Termo e da proposta apresentada, na qualidade e quantidade especificadas, dentro de parâmetros e rotinas estabelecidos, em observância a normas e regulamentos aplicáveis, bem como recomendações aceitas pela boa técnica, obtendo todo tipo de licença junto a órgãos fiscalizadores para a perfeita execução do serviço, vedada veiculação de publicidade acerca do contrato;

5.4.14. Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar ao Órgão ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão, dolosa

ou culposa, na execução do contrato, independentemente de quaisquer outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

5.4.15. Fornecer todo equipamento de proteção individual e coletivo, adotando todas as medidas de segurança indicadas pela legislação que visem à preservação do empregado, do patrimônio público e de terceiros em geral;

5.4.16. Providenciar que seus contratados portem crachá de identificação quando da execução de serviços no MRE, bem como observar e fazer com que seus empregados observem os regramentos administrativos do MRE;

5.4.17. Prestar o serviço objeto deste Termo sem interferir com demais links e conexões eventualmente existentes;

5.4.18. Fornecer todos os equipamentos e componentes necessários para a prestação do serviço, incluindo suporte à configuração dos equipamentos para perfeita operação e funcionamento do serviço de IP;

5.4.19. Alocar técnico(s) para, juntamente com técnicos do Órgão, dar suporte à configuração dos roteadores do MRE, necessários para o perfeito funcionamento do serviço, fornecendo toda mão-de-obra necessária à completa execução do serviço, bem como ferramentas e equipamentos a serem utilizados na manutenção e reparo, substituindo, em caso de necessidade, equipamentos ou peças defeituosas dos equipamentos sob sua responsabilidade, efetuando os ajustes necessários sem ônus para o MRE, desde que este não tenha sido o responsável pelos danos causados;

5.4.20. Divulgar todas as alterações em sua infraestrutura de comunicação que afete o serviço prestado, consultando, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, sobre interrupções programadas do sistema;

5.4.21. Informar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa;

5.4.22. Atender aos padrões de segurança e controle para acesso e uso das instalações do Órgão, zelando por sua integridade, mantendo sigilo sobre os serviços contratados, bem como sobre dados, informações e documentos, com base no Decreto 7.845/2012 e conforme Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, anexo, mantendo em sigilo, no período de prestação do serviço e após seu término, toda documentação de natureza técnica e administrativa, gerada em função da execução dos serviços objetos deste Termo, não copiando, não usando em benefício próprio, nem revelando ou mostrando a terceiros ou publicando tais informações, no Brasil ou no exterior;

5.4.23. Notificar imediatamente o MRE, por escrito, qualquer má utilização, revelação não autorizada, esbulho ou apropriação indébita de informações que lhe forem reveladas ou qualquer violação que chegue a seu conhecimento;

5.4.24. Entregar ao MRE, em até 15 (quinze) dias após o encerramento do contrato, toda e qualquer informação sigilosa gerada em consequência da prestação do serviço, destruindo, de maneira irrecuperável, todas as cópias instaladas na memória de seus equipamentos ou em qualquer outro tipo de suporte, inclusive as cópias de segurança (*backup*);

Departamento de Comunicação e Documentação
Pg: 47
Ass.

5.4.25. Fornecer ao MRE, e manter atualizada, a identificação das pessoas que terão acesso a material, dados e informações sigilosas referentes a prestação do serviço objeto deste Termo de Referência;

5.4.26. Permitir e agendar, sempre que o MRE julgar necessário, vistoria em suas instalações com vistas a verificar a integridade e a qualidade da prestação do serviço objeto deste Termo de Referência.

5.4.27. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

5.4.28. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

5.4.29. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

5.4.30. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

5.4.31. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

5.4.32. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

5.4.33. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

5.4.34. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.4.35. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4.36. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas;

5.4.37. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;

5.4.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

5.4.39. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

5.5. Definição das obrigações do órgão gerenciador do registro de preços (Art. 17, III)

5.5.1. Esta contratação não se fará por Sistema de Registro de Preços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (Art. 12, VII; Art. 18)

6.3. Rotinas de execução (Art. 18, I)

6.3.1. Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços e locais de entrega **(Art. 18, I, a)**: disponibilização de serviços e instalação de equipamentos, após prévio agendamento, em rack de sala-cofre, coordenada pela Divisão de Políticas de Tecnologia da Informação – DINFOR, no Anexo II do Ministério das Relações Exteriores, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco H, em Brasília-DF, 70.170.900;

6.3.2. Documentação mínima exigida, observando-se modelos adotados pelo Órgão, padrões de qualidade e completude das informações **(Art. 18, I, b)**: deverá ser fornecida documentação técnica dos equipamentos, em forma impressa ou digital;

6.3.3. Papéis e responsabilidades, por parte do órgão contratante e da Contratada **(Art. 18, I, c)**: definidos na seção anterior.

6.4. Quantificação ou estimativa prévia do volume de serviços demandados ou quantidade de bens a serem oferecidos (Art. 18, II)

Lote	Item	Qtde.	Unidade	Descrição
1	1.1	1	única	Instalação e configuração de link de acesso à Internet no MRE, em local indicado, utilizando infraestrutura própria de forma que não seja compartilhada com estruturas existentes ou futuras de serviços do mesmo tipo.
	1.2	12	mensal	Serviço de conectividade com a Internet, incluindo suporte, assistência técnica e manutenção.
	1.3	12	mensal	Serviço Anti-DDoS.

Departamento de Comunicação e Documentação
Pg: 48
Ass.

2	2.1	1	única	Instalação e configuração de link de acesso à Internet no MRE, em local indicado, utilizando infraestrutura própria de forma que não seja compartilhada com estruturas existentes ou futuras de serviços do mesmo tipo.
	2.2	12	mensal	Serviço de conectividade com a Internet, incluindo suporte, assistência técnica e manutenção.
	2.3	12	mensal	Serviço Anti-DDoS.

6.4.1. Esses lotes, ao final do processo licitatório, não poderão ter a mesma licitante como vencedora, sob pena de inviabilizar a redundância entre os links fundamentada neste documento. Essa condição, porém, não impede que empresas concorram nos dois lotes. Caso aconteça da mesma empresa vencer nos dois lotes, ela deverá optar por um deles para prover o serviço, sendo classificada, automaticamente, para o outro lote, a próxima empresa qualificada, respeitando-se a ordem de classificação final.

6.4.2. Em virtude do serviço IP Internet ser fornecido por empresas que detêm concessão para prestação de Serviços de Telecomunicações, e o serviço de segurança Anti-DDoS não ser considerado serviço de telecomunicações, existe impedimento legal à prestação de Serviços de Valor Adicionado (SVA) e outros serviços, como proteção Anti-DDoS, que não sejam de telecomunicações, decorrente da Lei 9.472/1997 (Lei Geral de Telecomunicações – LGT). Assim sendo, é permitido consórcio entre empresas visando aumento da competitividade com vistas a atingir maior economicidade ao órgão. Nesse caso, a líder do consórcio será a responsável por toda e qualquer ocorrência na rede e também pela emissão de todas as cobranças das empresas que compõem o consórcio, sendo também na qual centralizar-se-á o ponto de contato com o Ministério.

6.5. Definição de mecanismos formais de comunicação (Art. 18, III)

Ordens de Serviço ou Fornecimento de Bens serão os mecanismos formais de comunicação a serem preferencialmente utilizados para troca de informações entre a Contratada e o Órgão. Não obstante, o suporte técnico aos serviços fornecidos deverá estar disponível, por qualquer meio, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, podendo a abertura de chamado ser acionada por qualquer meio de comunicação, desde que fique o registro, de forma a permitir eficiência na gestão contratual.

Quadro de mecanismos formais de comunicação:

Instrumento	Objetivo
Ata de Reunião	Apresentação, contextualização, definição de atividades, metas e objetivos, identificação de riscos e problemas.
Ordem de Serviço (ou similar)	Solicitação formal de prestação de serviço.

Ofício	Quaisquer outras comunicações, tais como advertências, comunicados ou solicitações, devidamente protocolados ou recebidos formalmente.

6.6. Forma de pagamento (Art. 18, IV)

6.6.1. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela licitante vencedora ou por outro meio previsto na legislação vigente. A cobrança poderá ser realizada mediante código de barras, desde que haja possibilidade de pagamento via SIAFI, sendo de inteira responsabilidade da contratada o credenciamento dos boletos junto ao Sistema.

6.6.2. O órgão não se responsabilizará por qualquer despesa que porventura não tenha sido acordada em contrato.

6.6.3. Quando do pagamento, será efetuado retenção tributária prevista em legislação aplicável.

6.6.3.1. Empresa regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto a impostos e contribuições abrangidos pelo regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.7. Manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes (Art. 18, V)

A contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar-se deles, sob pena da lei, independentemente da classificação de sigilo conferida a tais documentos, mesmo após o término de vigência ou rescisão do contrato.

Todas as informações obtidas quando da execução dos serviços deverão ser tratadas com o devido sigilo, sendo vedada qualquer reprodução, utilização ou divulgação a terceiros, devendo zelar seus representantes, empregados e subcontratados pela manutenção do sigilo absoluto de dados, informações, documentos e especificações técnicas, que tenham conhecimento em razão dos serviços executados, conforme previsto no Decreto 4.553/2002.

A Contratada obriga-se a dar ciência imediata, por escrito, ao órgão contratante, sobre qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.

Termo de Compromisso **(Art. 18, V, a)**: anexo, a ser assinado pelo representante legal da Contratada;

Termo de Ciência **(Art. 18, V, b)**: anexo, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação.

7. GESTÃO DO CONTRATO (Art. 12, VII; Art. 19)

Departamento de Comunicação e Documentação - MRE
Pg: 49
Ass.

O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercido por um ou mais representantes do órgão contratante, especialmente designados, na forma dos Art. 67 e 73 da Lei 8.666/1993 e do Art. 11 do Decreto 9.507/2018.

Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção de faltas, falhas e irregularidades constatadas.

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por representante designado pelo Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação do Ministério das Relações Exteriores, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

A licitante vencedora deverá manter preposto, aceito pelo MRE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente sempre que for necessário.

A fiscalização pelo MRE não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante vencedora pelos danos causados ao Órgão ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

Quadro de atores participantes da Gestão do Contrato:

Papel	Responsabilidades
Gestor do Contrato	Declarar formalmente que os serviços estão sendo prestados conforme as especificações solicitadas; Encaminhar indicação de sanções para a área administrativa; Assinar o Termo de Recebimento Definitivo da solução tecnológica em questão, para fins de pagamento à Contratada; Autorizar a emissão da nota fiscal; Encaminhar à área administrativa eventuais pedidos de modificação contratual; Manter registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato.
Fiscal Técnico	Acompanhar a execução técnica e emitir nota técnica referente ao contrato em questão.
Fiscal Administrativo	Verificar a conformidade dos serviços aos termos contratuais, bem como a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada, para fins de pagamento.

Preposto	Acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal da Contratada junto ao Órgão, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes à execução contratual, sem que exista pessoalidade e subordinação direta o Órgão.

7.3. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS OU BENS FORNECIDOS (Art. 19, I)

7.3.1. A emissão de Nota Fiscal ou Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, devendo a contratada entregar toda documentação comprobatória do cumprimento das obrigações contratuais, incluindo manuais e instruções.

7.3.2. O recebimento provisório se dará após inspeção dos serviços executados, com a ajuda de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar revisões que se fizerem necessárias.

7.3.3. Ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, analisar o desempenho e a qualidade da prestação dos serviços em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar em redimensionamento dos valores a serem pagos, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato, ficando a contratada obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, sempre que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última ou a única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.3.4. Após o recebimento provisório, será elaborado, pelo fiscal, relatório circunstanciado, contendo registro, análise e conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação a quesitos técnicos e administrativos e demais documentos julgados necessários, a ser encaminhado ao gestor do contrato, o qual emitira termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e na documentação apresentados, comunicando à Contratada para que emita Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada por prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das

Departamento de Comunicação e L
Pg: 50
Ass.

garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força de disposições legais em vigor.

7.3.6. Os serviços poderão ser rejeitados no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo e na proposta apresentada, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos, às custas da Contratada, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, sem prejuízo da aplicação de demais penalidades.

7.4. PROCEDIMENTOS DE TESTE E INSPEÇÃO (Art. 19, II)

Equipe técnica do MRE monitorará periodicamente a disponibilidade e a qualidade dos serviços, reportando resultados de não conformidade, que servirão de base para aferir níveis de serviço e sugerir, quando cabíveis, aplicação de glosas e sanções.

7.4.1. Metodologia, formas de avaliação de qualidade e adequação da solução de TIC a especificações funcionais e tecnológicas, observando (i) definição de mecanismos de inspeção e avaliação da solução; (ii) adoção de ferramentas para implantação e acompanhamento dos indicadores estabelecidos; (iii) origem e formas de obtenção das informações necessárias à gestão e à fiscalização do contrato; (iv) definição de vistas de verificação e de roteiros de testes para subsidiar ação dos Fiscais do contrato; e (v) garantia de inspeções e diligências, quando aplicáveis, e suas formas de exercício **(Art. 19, II, a)**;

7.4.2. Disponibilidade de recursos humanos necessários a atividades de gestão e fiscalização do contrato, inclusive quanto à qualificação técnica e à disponibilidade de tempo para aplicação de listas de verificação e roteiros de testes. O fornecimento de bens e a execução dos serviços serão acompanhados e fiscalizados por representante(s) designado(s) pelo Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação – DTIC do Ministério das Relações Exteriores, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsidio de informações pertinentes a essa atribuição. Decisões e providências que ultrapassem a competência do(s) representante(s) designado(s) deverão ser solicitadas à Direção do DTIC, em tempo hábil, para a adoção de medidas pertinentes. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Órgão ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 70 da Lei 8.666/1993 **(Art. 19, II, b)**.

7.5. RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO (Art. 19, III)

Fixação de valores e de procedimentos para retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo de demais sanções cabíveis, quando:

7.5.1. Não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação (cumprimento dos prazos de atendimento dos chamados), não produzir os resultados (cumprimento dos prazos de solução) ou deixar de executar as atividades contratadas **(Art. 19, III, a)**;

7.5.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada – a empresa deverá apresentar documento que comprove que é autorizada a utilizar seus produtos ou a prestar os serviço oferecidos **(Art. 19, III b)**.

7.5.3. Será efetuada retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo a demais sanções cabíveis, caso se constate que:

7.5.3.1. Os resultados acordados não foram produzidos;

7.5.3.2. Deixou-se de executar as atividades objeto da licitação ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.5.3.3. Deixou-se de utilizar matérias ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou em quantidade inferiores à demandada;

7.5.3.4. Descumpriu-se a velocidade contratada ou um dos parâmetros máximos de latência ou perda de pacotes, sujeitando-se à aplicação de glosa de 1**%** (um por cento) sobre o valor global do contrato;

7.5.3.5. Descumpriu-se a disponibilidade mínima do serviço, sujeitando-se a aplicação de glosa de 0,5**%** (meio por cento) sobre o valor total do contrato, mais glosa por hora ou fração de indisponibilidade que exceda o total máximo aceitável de horas, calculada conforme fórmula a seguir;

$$VTM = \frac{VTC}{THC} * (THI - TMA)^2 + \frac{0{,}5 * VTC}{100}$$

VTM: valor total da glosa a ser aplicada;
VTC: valor total do contrato;
THC: total de **horas** do período de faturamento;
THI: total de **horas** indisponíveis no período de faturamento;
TMA: total máximo aceitável de **horas** indisponíveis no período de faturamento.

7.5.3.5.1. No caso de indisponibilidade do serviço, a Contratada deverá conceder descontos conforme cálculo a seguir:

$$VDI = \frac{THI * VMC}{THC}$$

VDI: valor descontado referente a horas indisponíveis no período de faturamento;
THI: total de **horas** indisponíveis no período de faturamento;
VMC: valor mensal do contrato;
THC: total de **horas** do período de faturamento;

7.5.3.5.2. Apenas interrupções programadas do serviço, devidamente autorizadas pelo MRE, serão consideradas para cálculo de descontos por indisponibilidade, conforme item anterior;

Departamento de Comunicação e Documentação – SMAE
Pg: 51
Ass.

7.5.3.5.3. Mensalmente, a Contratada apurará os tempos de indisponibilidade do serviço de acesso IP e calculará o valor a ser descontado da Nota Fiscal ou Fatura correspondente ao período apurado, incluindo descontos por indisponibilidade e glosas;

7.5.3.5.4. Caso os níveis de serviço calculado no mês tenham disponibilidade inferior a 30**%**, a licitante vencedora incorrerá em inexecução parcial, sob pena de sanção administrativa.

7.6. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 19, IV)

7.6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

7.6.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

7.6.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

7.6.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

7.6.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

7.6.1.5. cometer fraude fiscal.

7.6.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.6.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.6.2.2. Multa de:

7.6.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

7.6.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

7.6.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

7.6.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

7.6.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

7.6.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.6.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

7.6.3.1. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

7.6.3.1.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

7.6.3.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.6.4. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.6.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Departamento de Comunicação e Pol...
Pg: 52
Ass.

3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

7.6.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

7.6.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.6.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.6.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.6.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.6.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.6.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Pg: 53
Ass.

7.6.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.6.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.6.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.6.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.6.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.6.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.7. DO PAGAMENTO (Art. 19, V)

A nota fiscal ou fatura emitida será atestada pelo fiscal do contrato e encaminhada à área administrativa para efetuar o pagamento, acompanhada dos Relatórios Mensais e de eventual documentação comprobatória de glosas ou de suas anulações, todos aprovados e assinados pelo preposto e pelo fiscal, além dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal.

7.7.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.7.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7.2. O pagamento será mensal, após a realização do serviço e apresentação da nota fiscal ou fatura, de acordo com os procedimentos padrões do MRE.

7.7.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.7.4. A Contratada deverá enviar, mensalmente, juntamente com a nota fiscal ou fatura, relatório informando as indisponibilidades ocorridas e índices mencionados no item 4.19.2 – Níveis de Serviço – deste Termo de Referência no período do faturamento, incluindo data e horário das ocorrências e data e horários do restabelecimento dos serviços, as causas das indisponibilidades e as soluções adotadas para sua total recuperação. A remuneração estará vinculada ao atendimento dos mencionados níveis de serviço, em conformidade com o art. 18, IV, Súmula TCU n. 269.

7.7.5. O pagamento somente será efetuado após "atesto", pelo servidor competente, da nota fiscal ou fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados, ficando o "atesto" condicionado à verificação da conformidade da nota fiscal ou fatura apresentada com os serviços efetivamente prestados.

7.7.6. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus ao Órgão.

7.7.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.7.7.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.7.8. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.7.8.1. o prazo de validade;

7.7.8.2. a data da emissão;

7.7.8.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.7.8.4. o período de prestação dos serviços;

7.7.8.5. o valor a pagar; e

7.7.8.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Centro de Comunicação e Pg: 54 Ass.

7.7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.7.10. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.7.10.1. não produziu os resultados acordados;

7.7.10.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

7.7.10.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.7.12. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.7.14. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.7.16. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.7.17.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.7.18. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.7.19. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.7.20. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8. ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 12, VIII; Art. 20)

Para estimativas de preços da contratação, pesquisa via Painel de Preços do Ministério da Economia não se mostrou útil, uma vez que as especificações quanto ao serviço são muito variáveis, tendo sido, portanto, realizada pesquisa direta com os principais fornecedores, mediante solicitação formal de cotação de preços, para os serviços objeto deste Termo e cujo comparativo das soluções de mercado encontra-se a seguir:

Departamento de Comunicação e Documentação - DC/MRE
Pg: 55
Ass.

Elaboração de Pesquisa de Preços para Contratação de Links de Internet para o MRE - Junho/2021				
Empresas	**Instalação*** **Unidade: Unitário**	**Internet*** **Unidade: Anual**	**Anti-DDoS*** **Unidade: Anual**	**TOTAL*** **Unidade: Anual**
A (OI)	R$ 2.500,00	R$ 124.771,20	R$ 51.600,00	**R$ 178.871,20**
B (JETELECOM)	R$ 6.000,00	R$ 93.600,00	R$ 72.000,00	**R$ 171.600,00**
C (TIM)	R$ 2.500,00	R$ 210.000,00	R$ 240.000,00	**R$ 452.500,00**
D (TELEFONICA/VIVO)	R$ 1.200,00	R$ 144.000,00	R$ 18.000,00	**R$ 163.200,00**
E (EMBRATEL)	R$ 5.306,12	R$ 246.000,00	R$ 92.367,72	**R$ 343.673,84**
F (ALGAR)	R$ 2.500,00	R$ 109.994,16	R$ 58.543,56	**R$ 171.037,72**
MÉDIA	**R$ 3.334,35**	**R$ 154.727,56**	**R$ 88.751,88**	**R$ 246.813,79**
				*Valores totais anual.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO (Art. 12, IX; Art. 21)

9.3. ESTIMATIVA DO IMPACTO NO ORÇAMENTO (Art. 21, I)

Despesa recorrente à conta do Programa de Trabalho 07.122.0750.2000.0001 – Administração da Unidade, Elemento de Despesa 3390.40 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, constantes do orçamento do Ministério das Relações Exteriores – MRE. Despesas para os anos subsequentes serão submetidas a dotação orçamentária própria, prevista para atendimento à presente finalidade, a ser consignada ao Ministério das Relações Exteriores na Lei Orçamentária da União.

Gestão/Unidade: 0001/ 240010

Fontes: 0100 e 0144

Programa de Trabalho: 07.122.0032.2000.0001 (Administração da Unidade - Nacional).

Ação: 2000 – Administração da Unidade

Elemento de Despesa: 339040

Plano orçamentário: 0007

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data constante em documento declaratório de início da prestação dos serviços, podendo ser, limitado

a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa de mercado que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS E ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA (Art. 12, XII; Art. 24)

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice ICTI exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Obrigatória a adoção do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Conforme Art.6 § 8º da Lei 8.666/1993 e seguindo entendimento explicitado no acórdão 1374/2006 do plenário do TCU, os reajustes, com interregno mínimo de 1 (um) ano, poderão ocorrer por simples apostilamento, devendo ser efetivados de forma automática e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte da Contratada.

11.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (Art.12, X; Art. 22) E DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 12, XI; Art. 23)

Pg: 56
Ass.

12.1. A execução do contrato será indireta sob regime de empreitada por preço unitário. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data constante em documento declaratório de início da prestação dos serviços, podendo ser prorrogado, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que verificadas a manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade e pesquisa que demonstre não haver preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei 8.666/1993. Ao objeto deste termo, não se aplica direito de preferência e margens de preferência (Decreto 7.174/2010 e Lei Complementar 123/2006).

12.2. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

12.3. Os serviços são de natureza continuada e se classificam como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos em edital com especificações usuais disponíveis no mercado, conforme parágrafo único do Art. 1º da Lei 10.520/2002. O critério de seleção do fornecedor será o de menor preço, sendo os serviços a serem contratados constituídos de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes a categorias funcionais abrangidas no plano de cargos do MRE e não geradores de vínculo empregatício entre empregados da Contratada e a Contratante.

12.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

12.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

12.6. Para fins de comprovação da qualificação técnica, a licitante vencedora deverá apresentar a seguinte documentação:

12.6.1. Autorização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) para explorar Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), conforme estabelecido no Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução ANATEL 614, de 28 de maio de 2013;

12.6.2. Atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido em seu nome, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que prestou ou está prestando o serviço objeto deste Termo de Referência, na velocidade de 400 Mbps (quatrocentos megabits por segundo) ou superior em um único circuito. ;

12.6.3. Atestado ou declaração, firmado por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o backbone oferecido pela licitante possui em operação canais próprios e dedicados, interligando-o diretamente a pelo menos 3 (três) outros sistemas autônomos (AS – Autonomous Systems) nacionais cuja soma das bandas de passagem

de cada um desses sistemas autônomos seja de, no mínimo, 1 Gbps (um gigabit por segundo);

12.6.4. No caso do backbone oferecido já possuir um mínimo de 1 Gbps (um gigabit por segundo) como soma das bandas de passagem entre seus pontos de presença no país, será exigido somente que ele esteja interligado a dois sistemas autônomos nacionais, com apresentação de comprovação dos sistemas autônomos aos quais está interligado.

12.6.5. Atestado ou declaração que comprove que o backbone tenha conectividade de, no mínimo, 1 Gbps (um gigabit por segundo) a sistemas autônomos (AS) nos Estados Unidos da América (EUA) por meio de canais próprios e dedicados, podendo ser admitido atestado que comprove a conectividade por meio de terceiros, desde que a velocidade com o AS seja, sem compartilhamento, de, no mínimo, 512 Mbps (quinhentos e doze megabits por segundo);

12.6.6. Atestado ou declaração que comprove que a licitante vencedora possui redundância de, pelo menos, 3 (três) saídas ao backbone internacional;

12.6.7. Atestado ou declaração de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove experiência anterior da licitante quanto à prestação de serviços de monitoramento de tráfego de enlaces e proteção contra ataques DDoS.

12.7. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.8. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.9. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global, e as regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos

Pg: 57
Ass.

por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto fará medição dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

16.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

16.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

Departamento de Comunicação e Documentação – MRE
Pg: 58
Ass.

16.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

16.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

16.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

16.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

16.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

16.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

16.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

16.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

16.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

16.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

16.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

16.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

16.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

16.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

16.12. Será considerada extinta a garantia:

16.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

16.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

16.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

16.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

17. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 1, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

André Ribeiro dos Santos Bastos
Assistente de Chancelaria
Integrante Técnico

Bruna Cirne Wanderley
Oficial de Chancelaria
Integrante Administrativo

Lucas Chalella das Neves
Chefe substituto da Divisão de Tecnologia da Informação
Integrante Requisitante

Departamento de Comunicação e Documentação-MRE – Pg: 59 Ass.

15. APROVAÇÃO

Aprovo este termo de referência, nos termos apresentados pela equipe de planejamento da contratação:

Brasília, 02 de julho de 2021.

AUGUSTO CÉSAR TEIXEIRA LEITE
Diretor, substituto, do Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação
Autoridade Máxima da Área de TIC

TERMO DE COMPROMISSO

Declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes.

Eu, , brasileiro, CPF , identidade , representante legal da empresa , CNPJ , declaro ter ciência inequívoca da legislação sobre tratamento de informação classificada cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, comprometendo-me a guardar o sigilo necessário, nos termos da Lei 12.527/2011, dos Decretos 7.724 e 7.845/2012, bem como da Portaria MRE 43/2015, e a:

a) tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pelo MRE e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;

b) preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros estranhos ao procedimento licitatório;

c) não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e

d) não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo: (i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; e (ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito do MRE, salvo por meio de autorização da autoridade competente.

Declaro que [recebi] [tive acesso] ao (à) [documento ou material entregue ou exibido ao signatário], e por estar de acordo com o presente Termo, o assino na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Local e data:

Assinatura: